



## ■ CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PLENÁRIO

#### **DIA 19/04/2024 (sexta-feira) - às 10h – SESSÃO NÃO DELIBERATIVA SOLENE**

**Tema:** Homenagem à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia.

REQ 584/2024 Airton Faleiro (PT-PA), Odair Cunha (PT-MG)

REQ 758/2024 Célia Xakriabá (PSOL-MG), Odair Cunha (PT-MG)

### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA - CME

#### **DIA 16/04/2024 (terça-feira) - às 13h – AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**Tema:** Discussão dos Projetos de Lei nº 4831/23, 444/24, 445/24 e 446/24

#### **Convidados:**

Ministério de Minas e Energia - MME;

Alexandre Carlos Leite de Figueiredo, secretário da SecexEnergia do Tribunal de Contas da União - TCU; (CONFIRMADO)

Sandoval de Araujo Feitosa Neto, Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; (CONFIRMADO)

Sr. Marco Antônio Vilela de Oliveira - Superintendente de Energia Elétrica da Secretaria de Energia e Economia do Mar - SEENEMAR - do Estado do Rio de Janeiro; (CONFIRMADO)

Sr. Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides, Presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras

- ABAR; (CONFIRMADO)

Sr. Paulo Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - ABRACE (CONFIRMADO);

Sra. Rosimeire Costa, Presidente do Conselho Nacional de Consumidores de Energia Elétrica - CONACEN; (CONFIRMADA)

Sr. Dr. Ricardo Brandão, Diretor Executivo de Regulação da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDEE; (CONFIRMADO)

Sr. Rodrigo Ferreira, Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia - ABRACEEL (CONFIRMADO);

Sr. Rodrigo Lopes Sauer, Presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - ABSOLAR; (CONFIRMADO)

Sr. Heber Galarce, Representante do Instituto Nacional de Energia Limpa - INEL; (CONFIRMADO)

Sr. Hewerton Martins, Representante do Movimento Solar Livre - MSL; (CONFIRMADO)

Sr. Carlos Evangelista, Presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída - ABGD; (CONFIRMADO) e

Sra. Renata Albuquerque Ribeiro, Coordenadora do Programa de Energia e Sustentabilidade do Instituto de Defesa do Consumidor - IDEC. (CONFIRMADA)

Em atendimento ao Requerimento nº 5/24, de autoria do Dep. Hugo Leal.

## GRUPO PARLAMENTAR DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA - GPOTCAM

**DIA 16/04/2024 (terça-feira) - às 15h – REUNIÃO**

Item 1: Abertura dos trabalhos para 2024.

## COMISSÃO ESPECIAL SOBRE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE

**DIA 16/04/2024 (terça-feira) - às 15h – REUNIÃO**

Tema: Descarbonização do Setor de Navegação

### Convidados:

Danilo Veras, Vice-Presidente de Políticas Públicas do Grupo Maersk;

Eduardo Nery, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ;

Francielle Carvalho, Pesquisadora do International Council on Clean Transportation e

Dino Antunes Dias Batista, Diretor de Navegação e Hidrovias na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério de Portos e Aeroportos - SNPTA/MPOR

Requerimento nº 4/2024, do Dep. Leônidas Cristino

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA - CCJ

**DIA 16/04/2024 (terça-feira) - às 14h30 – REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Projeto de Lei nº 8262/2017** - Dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.

**Autor:** André Amaral (PMDB-PB).

**Relator:** Dr. Victor Linhalis (PODE-ES).

**Projeto de Lei nº 6903/2017** - Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e a Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira.

**Autor:** de Senado Federal – Fleury.

**Relator:** Pedro Lupion.

**Projeto de Lei nº 10493/2018** - Altera os limites da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, define sua zona de amortecimento e amplia a Reserva Extrativista do Lago do Cuniã.

**Autor:** de Senado Federal - Valdir Raupp.

**Relator:** Luiz Couto (PT-PB).

**Projeto de Lei nº 10273/2018** - Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que “Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências”, para adequar a incidência da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA.

**Autor:** Jerônimo Goergen (PP-RS).

**Relator:** Covatti Filho (PP-RS).

**Projeto de Lei nº 4451/2019** - “Dá nova redação ao caput do artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”.

**Autor:** Marreca Filho (PATRIOTA-MA).

**Relator:** Rubens Pereira Júnior (PT-MA).



**Projeto de Lei nº 2026/2021** - Autoriza a União a realizar contratação de parceria público-privada, para concessão patrocinada, precedida de licitação, dos seguintes empreendimentos públicos federais do setor aeroportuário, localizados no Estado do Amazonas.

**Autor:** Delegado Pablo (PSL-AM).

**Relator:** Capitão Alberto Neto (PL-AM).

**Projeto de Lei nº 2168/2021** - Altera a Lei 12.651/2012, para considerar como de utilidade pública as obras de infraestrutura de irrigação e dessedentação animal.

**Autor:** José Mário Schreiner (DEM-GO).

**Relatora:** Coronel Fernanda (PL-MT).

**Projeto de Lei nº 3078/2021** - Confere preferência de acesso a crédito, no âmbito do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), a itens desenvolvidos por Startups Agro.

**Autor:** Jose Mario Schreiner (DEM-GO).

**Relatora:** Delegada Katarina (PSD-SE).

**Projeto de Lei nº 4183/2023** - Dispõe sobre a aquisição de personalidade jurídica para o regular funcionamento dos movimentos sociais e populares.

**Autores:** Cabo Gilberto Silva (PL-PB), Capitão Alden (PL-BA), Coronel Assis (UNIÃO-MT), Coronel Chrisóstomo (PL-RO), Coronel Meira (PL-PE), Coronel Telhada (PP-SP), Coronel Ulysses (UNIÃO-AC), Delegado Fabio Costa (PP-AL), Delegado

Palumbo (MDB-SP), Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), Delegado Éder Mauro (PL-PA), Evair Vieira de Melo (PP-ES), Gustavo Gayer (PL-GO), Kim Kataguiri (UNIÃO-SP), Marcos Pollon (PL-MS), Messias Donato (REPUBLIC-ES), Nicoletti (UNIÃO-RR), Rodolfo Nogueira (PL-MS), Sanderson (PL-RS), Sargento Fahur (PSD-PR), Sargento Portugal (PODE-RJ), Zucco (REPUBLIC-RS), Zé Trovão (PL-SC).

**Relator:** Alfredo Gaspar (UNIÃO-AL).

## COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS – CICS

**DIA 16/04/2024 (terça-feira) - às 16h - AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**Tema:** Bioinsumos na evolução da agroindústria e os desafios para o setor

### Convidados:

Ministério da Agricultura e Pecuária – Mapa;

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa;

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;

Associação Brasileira de Indústrias de Bioinsumos – Abinbio e

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag

REQUERIMENTO Nº 6/2024 - AUTOR: Deputado Josenildo

## COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT

**DIA 17/04/2024 (quarta-feira) - às 9h - AUDIÊNCIA PÚBLICA**



**Tema:** Regulamentação infraconstitucional da reforma tributária.

**Convidado:**

Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda - MF

(REQ 11/2024 CFT, do deputado Pauderney Avelino)

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL – CAPADR**

**DIA 17/04/2024 (quarta-feira) - às 10h – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

**Audiência Pública - Tema:** Diretrizes do Ministério da Pesca e Aquicultura para 2024

**Convidado:**

Senhor André de Paula, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura - MPA.

Requerimento CAPADR 05/2024, de autoria do deputado Albuquerque, Republicanos - RR.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA – CME**

**DIA 17/04/2024 (quarta-feira) - às 10h – REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Requerimento 25/2024 CME** - Requer realização de audiência pública destinada a debater os novos campos da chamada Nova Margem Equatorial e o projeto de exploração de Petróleo e Gás na região da foz do Rio Amazonas.

**Autor:** Sidney Leite (PSD-AM)

**Convidados:**

Representante do Ministério de Minas e Energia;

Representante do Ministério do Planejamento;

Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;

Presidente do Ibama, Senhor Rodrigo Agostinho;

Presidente da Petrobras, Jean Paul Prates;

Diretor presidente do IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás), Roberto Ardenghy

**Projeto de Lei nº 5822/2019** - Acrescenta redação à Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, para viabilizar o licenciamento ambiental de lavras garimpeiras de pequeno porte em Unidades de Conservação de Uso Sustentável do tipo Floresta Nacional.

**Autor:** Delegado Éder Mauro (PSD-PA.)

**Relator:** Coronel Chrisóstomo (PL-RO).

**Projeto de Lei nº 344/2020** - Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para isentar de cobrança pelo uso de recursos hídricos os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

**Autor:** Helder Salomão (PT-ES).

**Relator:** Geraldo Mendes (UNIÃO-PR).

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – CDE**

**DIA 17/04/2024 (quarta-feira) - às 10h – AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**Audiência Pública - Tema:** Projetos de regulamentação da Reforma Tributária.

## Convidados:

Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária Ministério da Fazenda – Mfaz;

Dep. Aguinaldo Ribeiro, Relator da Reforma Tributária, Câmara dos Deputados;

Dep. Pedro Lupion, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, **Câmara dos Deputados;**

Dep. Arnaldo Jardim, Presidente da Frente Parlamentar Mista do Brasil Competitivo, Câmara dos Deputados;

Dep. Domingos Sávio, Presidente da Frente Parlamentar da Defesa do Comércio e Serviços, Câmara dos Deputados;

Dep. Joaquim Passarinho, Presidente da Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo, Câmara dos Deputados, (CONFIRMADO);

Vicente Braga, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF – Anape

Requerimento nº 8/2024 - Iniciativa Dep. Danilo Forte (União/CE).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA – CCJ

**DIA 17/04/2024 (quarta-feira) - às 10h - REUNIÃO ORDINÁRIA**

**TEMA:** “Discussão e votação de propostas legislativas”

A pauta será divulgada, oportunamente, com as proposições remanescentes da pauta anterior.

## COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL – CAPADR

**DIA 18/04/2024 (quinta-feira) - às 10h - AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Audiência Pública - Tema: Gargalos e desafios para escoamento da safra brasileira

### Convidados:

representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; representante do Ministério dos Transportes;

representante da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ; Fabricio de Oliveira Galvão, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT;

representante Ministério dos Portos e Aeroportos;

representante da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB;

Eduardo Marcusso, coordenador de monitoramento do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA;

representante do Grupo Imetame; Davi Barreto, diretor-executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

(REQ 12/2024 CAPADR e REQ 22/2024 CAPADR, ambos do deputado Tião Medeiros)

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

**DIA 18/04/2024 (quinta-feira) - às 10h - AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**Audiência Pública - Tema:** Adaptação das escolas às mudanças climáticas

## Convidados:

Natália Brito, Coordenadora de Advocacy Climático, Instituição A Vida No Cerrado;

Filemon Alves Tiago, Representante Instituto Ideias Urbanas Ideias Urbanas;

JP Amaral, Coordenador Instituto Alana;

Luisa Di Domenico, Representante Instituto Península;

Representante Ministério da Educação;

Representante Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

(REQ 1/2024 CE, da deputada Socorro Neri).

## SENADO FEDERAL

### PLENÁRIO

#### DIA 17/04/2024 (quarta-feira) - às 11h – SESSÃO DE DEBATES TEMÁTICOS

Promover o recebimento, a exposição e o debate do anteprojeto elaborado pela Comissão de Juristas responsável pela revisão e atualização do Código Civil.

#### COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

#### DIA 16/04/2024 (terça-feira) - às 9h – AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

**Assunto/Finalidade:** Instruir o PL 528/2020, que “dispõe sobre a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono e a captura e a estocagem geológica de dióxido de carbono; institui o Programa Nacional de Combustível Sustentável

de Aviação (ProBioQAV), o Programa Nacional de Diesel Verde (PNDV) e o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano; e altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999, 8.723, de 28 de outubro de 1993, e 13.033, de 24 de setembro de 2014”.

#### Convidados:

Roberto Furian Ardenghy, Presidente do IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás), Presença Confirmada;

Henry Daniel Hadid, Presidente do Sindicom (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustível e de Lubrificantes), Presença Confirmada;

Jurema Monteiro, Presidente da Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas), Presença Confirmada;

André Meloni Nassar, Presidente Executivo da Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), Presença Confirmada;

Erica Vieira Marcos, Gerente-Executiva Ambiental da CNT (Confederação Nacional do Transporte), Presença Confirmada;

Requerimentos de realização de audiência:

- REQ 19/2024 - CI, Senador Veneziano Vital do Rêgo

- REQ 21/2024 - CI, Senador Veneziano Vital do Rêgo

- REQ 26/2024 - CI, Senador Esperidião Amin

- REQ 28/2024 - CI, Senador Vanderlan Cardoso

- PL 528/2020, Câmara dos Deputados.

## COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

**DIA 16/04/2024 (terça-feira) - às 9h30 -  
AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA**

**Finalidade:** Audiência pública interativa com o objetivo de debater a implementação do programa Nova Indústria Brasil - NIB, com as perspectivas de desconcentração regional, mediante o fortalecimento do programa na região Norte, em atendimento ao Requerimento 04/2024-CDR.

### Convidado(s):

Sr. Uallace Moreira, Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC, Situação: Presença Confirmada

Sra. Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento

Regional – MIDR, Situação: Presença Confirmada;

Sra. Cristina Reis, Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Ministério da Fazenda, Situação: Presença Confirmada

Sr. João Paulo Pieroni, Superintendente da Área de Desenvolvimento Produtivo e Inovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Situação: Presença Confirmada;

Sr. Luiz Cláudio Moreira Lessa, Presidente do Banco da Amazônia S.A. – BASA, Situação: Aguardando Confirmação;

Sr. Sérgio Felipe Melo, Coordenador-Geral de Avaliação de Planos, Programas e de Instrumentos de Desenvolvimento da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, Situação: Presença Confirmada

Sr. Antônio Ricardo Alban, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Situação: Aguardando Confirmação;

Sr. Celso Pansera, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Situação: Aguardando Confirmação.

Requerimento(s) relacionado(s)

REQ 4/2024 - CDR

Senador Beto Faro (PT/PA)

REQ 8/2024 - CDR

Senador Beto Faro (PT/PA)

REQ 10/2024 – CDR

Senador Marcelo Castro (MDB/PI)



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

**DIA 17/04/2024 (QUARTA-FEIRA) - ÀS 10H - REUNIÃO DELIBERATIVA**

**4 - Projeto de Lei nº 3334/2023** - Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para permitir a redução da Reserva Legal em áreas de florestas da Amazônia Legal, para todos os efeitos, nos municípios com mais 50% do seu território ocupado por áreas protegidas de domínio público.

**Relator:** Senador Marcio Bittar

**Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nº 1-T, com a subemenda que apresenta, e nº 2.

**7 - Projeto de Emenda à Constituição 7/2021** - Inclui, na Constituição Federal, o direito à qualidade do ar entre os direitos e garantias fundamentais.

**Relator:** Senador Fabiano Contarato

**Relatório:** Favorável à Proposta, com a emenda de redação que apresenta.

**9 - Projeto de Lei nº 3087/2022** - Altera o Decreto sem número, de 22 de agosto de 2002, que cria o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá, para criar o Distrito Parque de Vila Brasil.

**Relator:** Senador Plínio Valério

**Relatório:** A ser apresentado.

## Liderança indígena critica fala de Mauro e vê desrespeito: “Líder de verdade dialoga”

Após a polêmica envolvendo o governador Mauro Mendes (União), que classificou como “programa

de índio” os protestos dos indígenas contrários à construção da Ferrogrão, a presidente da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de MT (Fepoimt), Eliane Xunakalo, critica a postura do gestor, afirmando que houve desrespeito e que esperava diálogo, ao invés de “receber recados”. “Um programa de índio é melhor do que fazer um programa de Governo dentro do escritório. Ele [Mauro] falou que quer discutir, que quer se sentar e discutir, então faça. Não fique mandando recado. A liderança de verdade conversa e dialoga, não fica criando conflito”, rebateu. Indígenas dos povos Munduruku, Kayapó e Panará de Mato Grosso e Pará vêm fazendo protestos contra os impactos negativos da obra de construção e do funcionamento da Ferrogrão, ferrovia que ligará Sinop ao Estado do Pará. No início deste mês, em uma coletiva de imprensa, o governador de Mato Grosso chegou a dizer que as manifestações ocorrem por influência do presidente da França, Emmanuel Macron, ou de alguma organização. “Isso é programa de índio, com todo o respeito aos meus amigos índios, mas o que eles têm a ver com isso? O que isso impacta na vida deles?”, questionou.

## TCU fez alerta ao governo federal sobre saúde dos Yanomamis

O Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu um alerta ao governo federal sobre a situação precária da saúde do povo Yanomami. Em uma fiscalização recente, o órgão identificou uma série de problemas na assistência médica prestada a comunidade, incluindo deficiências na infraestrutura de saúde, desnutrição e contaminação por mercúrio nas terras devido ao garimpo ilegal. Segundo o Acórdão 2.467/2023 — Plenário, sob relatoria do ministro Vital do Rêgo, o TCU investigou as causas das

vulnerabilidades socioambientais que têm afetado a saúde dos Yanomamis. A análise revelou uma série de falhas na atuação da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) e do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), resultando em indicadores epidemiológicos alarmantes, considerados entre os 34 piores DSEIs do país. O avanço do garimpo ilegal na região foi apontado como um dos principais fatores que contribuíram para o fechamento de postos de saúde, deixando milhares de indígenas desassistidos. Além disso, o TCU identificou lacunas na governança e na gestão da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

## **Repam e Cimi se unem ao povo Mura e repudiam licenciamento para exploração de potássio sem consulta aos indígenas**

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Regional Norte I, e a Rede Eclesial Pan-Amazônica Brasil somam forças com o povo Mura e manifestam seu repúdio à liberação da licença ambiental expedida pelo governador do Amazonas, Wilson Lima, para a exploração de silvinita, matéria prima do potássio, no território do povo Mura, município de Autazes, expedida no último dia 08 de abril de 2024. O empreendimento em Autazes coloca em risco a sobrevivência física e cultural do povo Mura, que já vem sofrendo o impacto do empreendimento nas práticas sorradeiras da empresa.

## **Conselho Indigenista Missionário lança documentário “Horizonte aberto: uma história dos 50 anos do Cimi”**

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lançou, nesta sexta-feira (12), o documentário “Horizonte aberto: uma história dos 50 anos do Cimi”. O vídeo

será disponibilizado ao público no youtube do Cimi a partir das 16h desta sexta. Com direção, roteiro e montagem de Ruy Sposati, o documentário reúne uma série de entrevistas e depoimentos que relembram episódios significativos da história do Cimi até 2022, quando a entidade celebrou seu cinquentenário. O surgimento do Cimi, organismo vinculado à CNBB, marcou uma inflexão radical na relação da Igreja Católica com os povos indígenas no Brasil. Desde sua fundação, em 1972, em meio à Ditadura Militar, a entidade buscou amplificar as denúncias contra as violações praticadas contra estes povos e fortalecer suas lutas para conquistar, proteger e efetivar seus direitos.

## **Krenak assume cadeira na Academia Brasileira de Letras**

O autor indígena fez um discurso memorável na sua cerimônia de posse na ABL. Na sexta-feira (6), Ailton Krenak tomou posse na cadeira nº 5 da Academia Brasileira de Letras. Seu discurso, de improviso e cheio de humor, foi memorável. Para quem não o escutou, alguns trechos. “Um povo sem cultura não tem o que dizer.” “Predar uns aos outros é uma vocação primitiva do [Homo] sapiens, de querer levar vantagem, ganhar tempo, ganhar alguma coisa.” “O sapiens predador não é um dinossauro. Ele é um sujeito simpático, gentil, que vai à praia, gosta de sorvete, de açaí com granola. Mas não pode disfarçar sua vocação predatória.” “Mario de Andrade disse, ‘Eu sou 300’. É uma pretensão. Eu não sou mais que um, mas posso invocar os 305 povos indígenas que, nos últimos 30 anos, passaram a dizer: ‘Estou aqui. Sou guarani, sou xavante, sou kayapó, sou yanomami, sou terena.’” “A República tinha a ideia de que os indígenas iriam ‘evoluir para brasileiros’. Era como querer produzir

coalhada em casa —põe os lactobacilos na tigela, joga leite, deixa dormir e aquilo vira coalhada. Ela achou que a gente ia virar coalhada.” “Todo mundo que escreve livros incríveis escutou histórias de alguém que não escreveu livros. A literatura que produzimos nos últimos 3.000 anos deve ter pelo menos 10 mil anos em que ninguém escrevia, só contava histórias.” “Somos herdeiros de tempos imemoriais, de 6.000, 8.000 anos. É bom pensar no tempo dessa maneira, porque ficamos sem pressa, sem ansiedade. Evita que eu chegue aqui e diga, ‘Desculpem, estou tomando o tempo de vocês’. Seria incabível. É impossível tomar o tempo do outro.” “A princesa Isabel aboliu a escravatura. Abolir a escravatura não é abolir a escravidão. Quem dera fosse.” “O Estado brasileiro está sendo demandado a pedir perdão por ter tentado matar o povo indígena. Mas pedir perdão depois significa muito pouco. O Estado pode matar e fazer guerra.

## **Simulador de voo vira jogo que identifica áreas de desmatamento e garimpo na Amazônia**

Um jogo que une lazer e conscientização ambiental pode ajudar a identificar garimpos ilegais na Amazônia. O “Flying Guardians” (Guardiões Voadores), do Greenpeace Brasil, foi tema do Estúdio I, programa da GloboNews, na segunda-feira (8). O jogo é uma modificação independente para um dos jogos de simulador de voo mais populares do mundo, o Microsoft Flight Simulator. Utilizando imagens de satélite da Planet Labs PBC, a modificação permite que os jogadores observem casos reais de mineração ilegal e desmatamento na Amazônia, com foco nas terras Munduruku e Yanomami. O jornalista André Trigueiro explicou que, ao sobrevoar áreas protegidas da Amazônia, os usuários terão acesso a imagens atualizadas ao

longo do ano, ajudando na identificação de possíveis locais de incidentes e suas coordenadas exatas.

## **Frente ambientalista denuncia paralisação da Comissão de Meio Ambiente da Câmara**

A Frente Parlamentar Ambientalista denunciou, em nota lançada na quinta-feira (11), o que chama de manobras que têm impedido o funcionamento adequado da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados. O primeiro ponto levantado pela bancada é a demora no início das atividades da CMADS, que em pleno abril, mais de um mês após a instalação da maioria das comissões da Casa, segue sem operar por falta de indicação de membros e da presidência pelo MDB. A situação se repete na Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) – por acordo entre as lideranças partidárias, o MDB comandará as duas comissões. Segundo a nota, o atraso na instalação da CMADS prejudica o andamento de propostas importantes para pauta ambiental e climática no Legislativo e “impede que o presidente da Câmara articule com o presidente da Comissão de Meio Ambiente as questões pertinentes à temática ambiental, transferindo essas decisões a esferas indevidas, que muitas vezes possuem interesses econômicos nas matérias e não temáticos”. O deputado federal Nilto Tatto (PT-SP), coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, explicou que o não funcionamento da comissão faz com que também se “perca o local de debate dos projetos a partir da perspectiva do meio ambiente”. Ele cita como exemplo a regulamentação da reforma tributária, aprovada pelo Parlamento no ano passado. “A CMADS é ainda, de acordo com Tatto, um espaço importante de discussão em um momento de protagonismo do Brasil na agenda

climática global. Até o fim do ano, o país preside o G20, grupo formado pelas 20 maiores economias do mundo, e em 2025 sediará a 30ª Conferência do Clima da ONU, a COP30, na cidade de Belém.

## **Megaoperação destrói infraestrutura criminosa na Terra Indígena Yanomami**

As Forças de Segurança do governo brasileiro estão em ação conjunta ao redor e dentro da Terra Indígena Yanomami para impedir atividades criminosas e garantir a proteção do território e da população indígena. A peça-chave é o combate à logística arquitetada pelos criminosos para acessarem as riquezas da maior terra indígena do Brasil, situada na Amazônia. Esta é mais uma etapa do trabalho que vem sendo feito com a coordenação da Casa de Governo, em Boa Vista (RR). O cerco aos criminosos nos últimos 36 dias, de 4 de março a 10 de abril, foi intensificado e o balanço da megaoperação, que já envolve uma equipe de 343 pessoas (maior parte militares), apresenta um saldo determinante para as próximas etapas de trabalho. O levantamento apresentado pela Casa de Governo contém as medidas realizadas pela operação Catrimani II, das Forças Armadas, e pelos órgãos que atuam no processo de desintrusão. Apreensões e inutilizações de bens, autuações, embargos e prisão compõem a lista. Foram inutilizados 38,4 mil litros de óleo diesel e 6,6 mil litros de gasolina de aviação, combustíveis que seriam usados pelo garimpo ilegal. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil (ANP) realizou a fiscalização de nove pontos de abastecimento e 15 postos revendedores de combustíveis, aplicando 19 autos de infração, três autos de interdição e 26 notificações. A destruição de 200 motores, 36 geradores de energia e 49 acampamentos desmonta

a infraestrutura base do crime. A identificação de 180 pistas de pouso clandestinas somada à destruição de quatro aeronaves comprovam a demanda do garimpo ilegal por transporte aéreo. O piloto de um helicóptero destruído pelo Exército foi preso e a Justiça Federal manteve a prisão. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) realizou a fiscalização de 121 aeronaves, com duas apreensões. A outra forma possível de se acessar a terra Yanomami é por meio fluvial, que despende muito mais horas de trajeto. Nas ações de fiscalização, 12 balsas foram destruídas outras três foram apreendidas. “Os resultados já alcançados em 2024 mostram um trabalho articulado, planejado e coordenado. A determinação do presidente Lula é que o Estado assegure a paz e a proteção dos Yanomami. Seguimos com o compromisso de cuidar das comunidades indígenas, preservar o meio ambiente, a Amazônia e a Terra Yanomami”, afirmou o diretor da Casa de Governo, Nilton Tubino, responsável pela articulação dos órgãos federais envolvidos. Os garimpeiros ilegais, além do ouro, miram a retirada de cassiterita do solo indígena. Com grande aproveitamento na indústria, trata-se de um valioso produto no mercado internacional. A força-tarefa federal apreendeu 7,3 mil quilos de cassiterita no período. A comunicação entre os criminosos também foi dificultada a partir da apreensão de 24 antenas Starlink, meio usado em locais isolados, como a TIY.

## **Líder indígena pede ajuda do Papa para combater o garimpo ilegal**

O Papa recebeu na quarta-feira, 10 de abril, o líder Yanomami, Davi Kopenawa. O representante indígena, em entrevista à Rádio Vaticano / Vatican News, destacou sua admiração por Francisco,



que insiste constantemente na proteção da “casa comum”. Durante a conversa com o Pontífice, pediu ajuda para a retirada dos garimpeiros do território Yanomami. Davi Kopenawa, líder e porta-voz do povo Yanomami do Brasil, amplamente reconhecido pelo seu incansável trabalho na defesa dos direitos indígenas e na preservação da Floresta Amazônica e do meio ambiente, encontrou-se com o Papa Francisco no Vaticano nesta manhã de quarta-feira, 10 de abril, pouco antes da Audiência Geral. Nos últimos dias, o representante Yanomami percorreu diversas cidades italianas, empenhado em despertar a consciência para as realidades enfrentadas pelos povos indígenas e a urgente necessidade de preservação da natureza. Em entrevista à Rádio Vaticano / Vatican News, Kopenawa compartilhou sua experiência do encontro com o Pontífice e seu pedido de ajuda para os povos indígenas. Davi conta com satisfação que o Papa o recebeu muito bem, e destaca: “Gostei muito quando ele abriu a porta para mim. Foi muito importante para o que eu queria. Eu tinha vontade de encontrá-lo, vontade de pegar na mão dele, como se fosse um amigo, amigo do povo indígena, do meu povo indígena yanomami-yakoana do Brasil. Foi muito ótimo.” Ao falar sobre sua passagem por Roma, o líder indígena afirma que veio para falar com o Papa sobre a situação do povo Yanomami, e acrescenta: “Pedi a ele que retirasse os garimpeiros ilegais das terras do meu povo este ano”. O porta-voz dos Yanomamis também comentou sobre a realidade das crianças, das quais recentemente foram divulgadas fotos impressionantes, mostrando as mazelas da desnutrição e falta de condições básicas. Davi enfatiza que “as crianças yanomamis estão desnutridas por causa do garimpo, por causa das

autoridades que deixaram entrar, invadir as terras yanomamis, e muitas doenças estão se espalhando por causa dessa realidade”. Ao concluir, Kopenawa afirma que “o Papa é um aliado dos povos indígenas e muito comprometido com a preservação da floresta amazônica. Ele é um homem que valoriza o meio ambiente. Posso dizer que saí desse encontro com Francisco muito contente e animado”.

## **Marco temporal: PGR defende no STF inconstitucionalidade de lei aprovada pelo Congresso**

A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu a declaração de inconstitucionalidade de diversos pontos da lei que definiu a tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas. A PGR solicitou que o Supremo Tribunal Federal (STF) suspenda provisoriamente esses pontos, até que ocorra um julgamento definitivo. A manifestação é assinada pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, que afirmou que as regras da lei podem atrapalhar “inúmeros procedimentos de demarcação de terras indígenas que vinham tramitando regularmente em todo o país”. De acordo com Gonet, a definição da data de promulgação da Constituição como marco temporal estabeleceu “regras opostas ao entendimento consolidado” pelo STF, “sem justificada razão para a superação dos sólidos fundamentos utilizados pelo Supremo Tribunal no recente julgado de repercussão geral”. A PGR também afirma que um artigo que veda a ampliação de terras indígenas já demarcadas não apresenta “fundamento razoável que justifique a superação da tese de repercussão geral recentemente firmada”. Também foi considerado inválido um trecho que afirma que os processos de demarcação ainda não concluídos terão



que se adequar à lei. “Assim, uma determinada demarcação de terra indígena que esteja há anos em curso e apenas no aguardo da expedição de decreto homologatório do presidente da República (...) deverá retornar ao início de sua tramitação para cumprir todas as normas estabelecidas na nova lei”, critica Gonet. Outro ponto questionado é a exigência de que os antropólogos que participam dos processos de demarcação devem estar sujeitos às regras de impedimento e suspeição, utilizadas em processos judiciais quando o juiz e membros do Ministério Público tem proximidade com as partes. Gonet afirma que a atuação dos antropólogos dependa da “confiança estabelecida entre o profissional e a comunidade indígena”, e que uma tentativa de estabelecer uma isenção iria inviabilizar o trabalho.

## **Greenpeace aponta concessões de crédito rural a imóveis sobrepostos a áreas protegidas**

A campanha “Bancado a Extinção”, lançada pela ONG Greenpeace, no último dia 9, apontou que 41 imóveis rurais, localizados em áreas protegidas, florestas públicas sem destinação e áreas embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), nos estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Mato Grosso e Maranhão receberam recursos de bancos públicos e privados entre os anos de 2018 a 2022. O levantamento mostra que 15 imóveis apresentaram sobreposição com a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, onde vivem nove povos indígenas, incluindo grupos em isolamento voluntário. Outros 24 imóveis possuem sobreposição com terras indígenas Kayabi (MT), Urubu Branco (MT), Amanayé (PA), Alto Rio Guamá

(PA), Rio Omerê (RO) e Arariboia (MA). Segundo a ONG, o crédito rural também beneficiou outros 21.692 imóveis com sobreposição de florestas públicas não destinadas; 798 com áreas embargadas pelo Ibama; e 29.502 propriedades com desmatamento recente, considerando o período de 2018 a 2022. O levantamento detalha 12 casos em que os financiamentos foram realizados pelo Banco da Amazônia e Banco do Brasil, alcançando o valor de R\$ 47 milhões. O Conselho Monetário Nacional (CMN) editou a Resolução nº 5.081, de 9 de junho de 2023, que impede a concessão de crédito rural a imóveis sobrepostos à unidades de conservação, terras indígenas, áreas embargadas e florestas públicas federais não destinadas. O Greenpeace recomenda que os bancos revisem as operações realizadas e ainda vigentes considerando os termos da Resolução do CMN.

## **Governo Federal lança Programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia**

Na última terça-feira (9/4) lançou o Programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia e integra o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm). O programa receberá R\$ 600 milhões do Fundo Amazônia e R\$ 130 milhões do Floresta+. Foram priorizados 70 municípios – responsáveis por 78% do desmatamento na Amazônia – e 53 já aderiram ao programa. O objetivo do programa é executar ações de ampliação da regularização ambiental (CAR e PRA), assistência técnica para fortalecimento das cadeias produtivas e acesso ao crédito facilitado, implantação de Brigadas



de Prevenção e Combate a Queimadas nos municípios, pagamento por serviços ambientais para produtores que conservam as florestas, fomento à recuperação da vegetação nativa, priorização na análise de desembargo junto ao Ibama e ICMBio, conforme legislação específica, e ampliação da regularização fundiária para imóveis de até 4 módulos fiscais, localizados em glebas públicas federais e assentamentos. Como contrapartida os municípios deverão disponibilizar sala para o escritório do programa e 2 técnicos, buscarem novos recursos, por meio de emendas parlamentares e criarem e manterem os Conselhos Municipais de Meio Ambiente. Apenas por aderirem à iniciativa, todos os municípios receberão R\$ 500 mil em equipamentos e serviços para a estruturação de escritórios de governança que melhore a gestão ambiental, a cooperação entre governos municipais e federal e o monitoramento do desmatamento.

## **Pauta Verde trava por disputa entre Lira e Pacheco**

Projetos da chamada “Pauta Verde” esbarram em disputa entre os Presidentes da Câmara, Artur Lira e o do Senado, Rodrigo Pacheco, jabutis e no período eleitoral. Projetos já apreciados pela Câmara dos Deputados, como crédito de carbono, Paten e eólicas offshore ainda não tiveram relatores designados no Senado. O projeto sobre biocombustíveis, único que recebeu relatoria no Senado, está nas mãos de Veneziano Vital do Rego (MDB-PB), após disputa pela relatoria, com o Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO). O do hidrogênio verde, que tramita concomitantemente nas duas Casas, segue travado por falta de consenso sobre o texto. O projeto de eólicas

offshore recebeu jabutis na Câmara que, além de criar incentivos para energias poluentes, como carvão e gás, ainda podem custar o aumento de 11% nas tarifas de energia elétrica. O mercado de carbono (PL 182/2024), envolvido em uma disputa regimental entre as duas Casas, será priorizado em abril, segundo sinalizou Rodrigo Pacheco. O projeto já tinha sido apreciado pelo Senado, mas o presidente Artur Lira manobrou para garantir que a Câmara tivesse a palavra final, arquivando o texto recebido dos Senadores e adotando a proposta de um deputado, acrescentado as alterações feitas pela Câmara. Rodrigo Pacheco não concorda com a manobra e irá se reunir com consultores para verificar as alterações do texto. Há um receio de que, se o texto tiver sido alterado além do aceitável, esse impasse ganha mais peso. Como possível relatora da proposta cogita-se a Senadora Leila Barros (PDT/DF), que também é presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA) no Senado.

## **STF mantém decisão que declara inconstitucional lei que flexibiliza o licenciamento ambiental no Tocantins**

A Lei nº 3.804, de 2021, que estabelece o marco legal do Licenciamento no estado do Tocantins, criou novas modalidades, como a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC), a Licença Ambiental Corretiva, além de prever o licenciamento autodeclaratório e reduzir a participação social na construção de políticas ambientais. O Ministério Público estadual ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), que declarou a inconstitucionalidade. O Estado questionou a decisão de 2023 do TJTO e no dia 25 de março deste ano, o ministro Dias Toffoli, que negou o



provimento do agravo regimental, foi seguido pelo colegiado da Segunda Turma do STF e mantiveram decisão do TJTO.

## Plataforma lançada pelo Governo Federal integrará dados e soluções para a regularização fundiária rural do país

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) lançou, na sexta-feira (12), a plataforma Terras do Brasil, que tem como objetivo acelerar o processo de regularização fundiária rural. A iniciativa é fruto da parceria entre os Governos Federal e do Pará, por meio do Instituto de Terras do Pará (Iterpa), e deverá fornecer mapas interativos, gráficos estatísticos e painéis de transparência com resultados que vão auxiliar na arrecadação e destinação de terras públicas. O foco do sistema será especialmente em terras estaduais e de forma integrada com os sistemas e cadastros do Incra e do Governo Federal. O objetivo é facilitar o acesso às informações das terras brasileiras, agilizando processos e dando maior segurança para as famílias agricultoras, comunidades tradicionais e povos indígenas. A plataforma também contará com outras funções para atender ao Programa Nacional de Crédito Fundiário.

## Seca na Amazônia causa insegurança alimentar e problemas de acesso à água a Comunidades Quilombolas no Pará

As consequências da estiagem, que começou em outubro de 2023, continuam a atingir o cotidiano das comunidades quilombolas da região de Oriximiná e Óbidos, no Norte do Pará. Conforme o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação a seca provocou a diminuição do volume dos rios para os níveis mais baixos registrados em mais de 120 anos de observação. Conforme estudo da World Weather Attribution as mudanças climáticas foram o principal motivo para a estiagem na Amazônia. Anne Alencar, pesquisadora do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Ipam), também aponta que o problema foi agravado pelo desmatamento e pelas queimadas. Os eventos climáticos extremos têm se tornado mais comuns e os efeitos mais persistentes. Além do acesso à água potável, as comunidades enfrentam dificuldades para o deslocamento à sede dos municípios para receber benefícios sociais, atendimento médico e mesmo o deslocamento de crianças para escolas dentro dos próprios territórios ainda não estão normalizados. Outro problema é a insegurança alimentar, a seca impactou atividades agrícolas das comunidades. Associações e comunidades quilombolas de Óbidos e Oriximiná buscaram espaços junto à imprensa e apoios de diferentes esferas de governo para enfrentar a situação, mas a ajuda demorou a chegar. Para pesquisadores que trabalham na região a tendência é de forte estiagem em 2024 e, portanto, o alerta serve para que sejam os céleres e que também sejam implementadas políticas e programas para apoiar as comunidades na adaptação a eventos climáticos extremos.